

Américo da Costa Ramalho, *Para a história do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998 (308 pp.).

Pela terceira vez, o Prof. Costa Ramalho reúne num volume uma série de trabalhos da sua autoria sobre humanismo português dispersos por revistas especializadas, colectâneas e miscelâneas de difícil acesso. Neste caso, são trinta e um os estudos deste excepcional e prolífico estudioso agrupados neste livro, publicados entre os anos 1982-1995, com inclusão de alguns inéditos. O objectivo desta publicação é resumido pelo autor no prólogo nas seguintes duas vantagens que oferecerá ao estudioso: a possibilidade de uma consulta rápida da artigos publicados em lugares e épocas diversos e a revisão cuidada, para esta edição, de textos que foram maltratados pelos editores no passado.

Atendendo a esta finalidade de disponibilizar textos de difícil acesso (não esqueçamos que alguns foram publicados em miscelâneas, em honra de investigadores, de circulação restrita e outros nem sequer chegaram a sair à luz), não resta a menor dúvida de que o presente trabalho atinge e ultrapassa os seus objectivos. Com efeito, seria simplificar demais o livro do Prof. Ramalho se o víssemos apenas como uma simples união de artigos. A disposição destes evidencia que o autor teve a preocupação de lhes dar uma sequência coerente e de poder oferecer, ao leigo que lê este trabalho do princípio ao fim, uma visão unitária do humanismo português. Desta maneira, os diferentes artigos ou capítulos encontram-se estruturados em cinco epígrafes cronologicamente diferenciadas: os cinco primeiros versam sobre humanismo no tempo de Cataldo, isto é, o que se pode chamar o começo do humanismo em Portugal; os catorze seguintes tratam o humanismo depois de Cataldo, centrados aproximadamente na primeira metade do séc. XVI; os quatro que vêm depois são monotemáticos, estudando a figura de Anchieta, portanto mais voltado para a segunda metade do séc. XVI; seguem-se seis trabalhos sobre o *De Missione* do padre Duarte de Sande e a viagem dos quatro fidalgos japoneses que nesta obra se descreve, realizada nos finais do séc. XVI; e fecham a obra dois capítulos sobre humanismo recente, da reforma Pombalina e de Camilo Castelo Branco.

Como se vê, sem chegar a uma exagerada tentativa de uma cronologia perfeitamente linear (algo que seria impossível, pela diversidade de temas dos diferentes artigos, uns deles centrados em questões de pormenor e outros abrangendo grandes períodos numa visão global), o autor consegue dotar de uma perfeita harmonia a progressão temporal da sequência dos capítulos.

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 2 (2000)

Recensões

Para além disso, o capítulo que abre cada secção consegue apresentar de maneira sucinta o ponto da situação do que se lerá a seguir. O primeiro, por exemplo, «Origem e início do Humanismo em Portugal», oferece uma imagem bastante completa da situação portuguesa nos começos do Humanismo: primeiros italianos na Corte, portugueses no estrangeiro, situação florescente de Portugal no fim do século XV... Esta descrição permite, ao leitor não iniciado ainda no Humanismo português, obter uma visão bastante completa, ainda que sucinta, deste fenómeno cultural, e avançar com maior segurança nos capítulos seguintes. O mesmo acontece com as outras partes do livro. O capítulo sexto, «O Humanismo Renascentista na Universidade», apresenta a prática pedagógica universitária no séc. XVI, insistindo no costume dos discursos de inauguração, e dá uma revisão breve dos professores, gramáticos, médicos ou juristas; desta maneira, os nomes mencionados nos capítulos seguintes, sobre o Humanismo após Cataldo, são rapidamente ubicados no seu contexto. O capítulo vigésimo, “José de Anchieta em Coimbra”, abre a parte dedicada a este humanista e apresenta o percurso da sua vida na cidade do Mondego, que servirá para compreender melhor os artigos que seguem. Para não nos estendermos mais, diremos brevemente que o mesmo acontece com o capítulo XXIV, onde se apresenta a obra *De Missione* e se justifica o que será constantemente repetido nos capítulos sucessivos, a autoria do padre Duarte de Sande.

Os trabalhos que compõem o livro são, como já dissemos, enormemente variados, o que complica a labor de distribuição, e por isso é de louvar a agrupação e a seriação realizada pelo autor. Com efeito, encontramos capítulos que apresentam uma descrição do ambiente ou uma visão global de uma época (v.gr. 1, 6, 16, 20...), outros que se centram em pormenores históricos (v.gr. 3, 11, 15...), outros que oferecem uma tradução correcta de uma passagem até agora não traduzida ou mal interpretada (4, 10, 29), etc. A indiscutível qualidade científica de todos eles é aquela a que o Prof. Costa Ramalho nos tem acostumado ao largo do seu frutífero percurso investigador.

Voltando à agrupação dos artigos, devemos dizer que a tentação de ler o livro como uma espécie de história continuada, isto é, de princípio a fim (tentação provocada, como disse, pela organização dos capítulos) pode levar o leitor a esquecer o objectivo primordial do autor, que era simplesmente o de facilitar a consulta de uma série de artigos dispersos, e a aborrecer-se com a repetição de alguma informação que se apresenta insistentemente em vários capítulos seguidos com pouca alteração, ou com a citação de fragmentos que poderá ler noutros capítulos que vêm a seguir, mas escritos e publicados originariamente com anterioridade. Por isso é importante lembrar que esta colectânea não está concebida para uma leitura deste tipo.

Recensões

A esta obra, utilíssima para o estudioso e interessante para o estudante, só podemos pôr dois reparos. O primeiro tem a ver com a escolha dos artigos. Em geral, a maior é apropriada para o objectivo do livro e adequada ao seu título. Os dois últimos poderiam estar sujeitos a discussão, já que, apesar de se falar neles de Humanismo, em sentido estrito, tratam de épocas posteriores e a pertinência da sua inclusão não nos parece estar isenta de controvérsia. Devemos, contudo, admitir que não existem objecções fortes à decisão do autor de os incluir no *corpus* de artigos referentes ao Humanismo. É mais duvidoso, porém, o interesse de incluir recensões críticas a livros, como são os capítulos 21, 22 e 23, todos sobre Anchieta. É certo que nestas recensões o Prof. Costa Ramalho introduz aperturas científicas ou corrige erros flagrantes, mas a decisão de incluir estas e não outras não deixa de produzir no leitor a suspeita de que a intenção polemizante do autor prevaleceu sobre o interesse estritamente científico.

O outro senão tem a ver com o segundo dos objectivos declarados pelo autor no prólogo, o de rever e corrigir erros existentes nos textos originários. Concordamos em que o esforço de correcção de gralhas deve ter sido notável, dado que poucas são as que se detectam no livro. Algumas das que se poderiam destacar, por serem capazes de incomodar a correcta leitura, seriam: “se apresenta” por “que apresenta” na p. 76, “em hora” por “em honra” numa tradução de Cícero na p. 115, “baptizara” por “baptizaram” na p. 148; outras menos importantes, por ser evidente tratar-se de gralhas, seriam: “anetoda” por “anedota” na p.127, “*Societas Iesu*” por “*Societas Iesu*” na p. 222, “*qem*” por “*quem*” na p. 225. Como podemos comprovar, nada importante para uma publicação de mais de 300 pp. O problema vem da posição infeliz da gralha mais importante, imediatamente a seguir às intenções declaradas do autor, no prólogo (p. 12), de corrigir estes erros tipográficos. Com efeito, logo na primeira página do primeiro capítulo (p. 15) podemos ler: “Pensava-se também que o Humanismo do Renascimento começou verdadeiramente com a transferência da Universidade para Coimbra em 1537 ou, mais tarde ainda, com a abertura do Colégio das Artes no ano de 1448, em Coimbra igualmente”. O sublinhado é nosso. É evidente que a abertura do Colégio foi um século mais tarde, e é preciso mudar o segundo 4 da data por um 5, coisa que fica clara pela expressão “mais tarde ainda”. Mas o leitor pouco familiarizado com o Humanismo português (estou a pensar sobretudo em estudantes) poderiam duvidar se a data errada é a primeira ou a segunda.

Em conclusão, para além destes pormenores tipográficos, não resta a menor dúvida de que nos encontramos perante uma obra utilíssima e preparada com todo o rigor científico, aconselhável, como dissemos, quer para o estudioso mais versado quer para o leigo que se inicie neste apaixonante mundo do Humanismo português. Só podemos dar os parabéns

Recensões

ao autor e agradecer-lhe, ao mesmo tempo, o ter-nos facilitado este instrumento inapreciável de pesquisa.

CARLOS DE MIGUEL MORA

Aires Pereira do Couto, *Terêncio: Formião*, Lisboa, Edições 70, 1999 (144 pp.).

É sempre com satisfação que se recebe uma nova comédia latina traduzida para o português, sobretudo para aqueles que leccionamos uma disciplina de Teatro Latino e que gostamos de que os nossos alunos dispunham de traduções para a sua própria língua, em lugar de ter de utilizar as feitas noutros idiomas. Com esta publicação, além disso, completa-se a série das obras de Terêncio, já que, das outras cinco, quatro foram vertidas para o português pelo Prof. Walter de Medeiros e uma (*Eunuco*) pelo próprio Prof. Aires do Couto.

A presente publicação insere-se perfeitamente nesta série de traduções terencianas, apresentando um formato semelhante, claramente didáctico: a versão portuguesa é precedida de uma introdução em que se explica o argumento da peça (necessário para não perder o fio da meada, tendo em conta que as histórias relatadas pelo Cartaginês costumam ser muito complexas) e esclarecida com notas de rodapé e oportunas didascálias. Apesar de breve, a introdução inclui um comentário sobre a estrutura da obra e as características das personagens que nos parece muito acertado. Com efeito, muitos aspectos de uma obra teatral podem ser descritos numa introdução (ideologia moral, convenções teatrais, métodos de composição, situações, língua e estilo, métrica), mas, perante a necessidade de restringir o estudo a poucas páginas pelas próprias características da publicação e pelo público-alvo, a melhor escolha de entre os temas a tratar é, indubitavelmente, as personagens, por ser Terêncio um autor tão preocupado em mostrar uma coerência de caracteres e uma consistente descrição psicológica. Consideramos igualmente uma boa opção do autor a colocação das notas em rodapé, afastando-se do costume das edições de versões de comédias latinas, em que as notas se encontravam no fim, pois a consulta é realizada assim de maneira rápida e cómoda. As didascálias, como dissemos, são oportunas; queremos dizer com isto que partilhamos a opinião do autor, que evita o abuso em que incorrem outros tradutores ao incluir uma abundância excessiva destas notas explicativas que, na maior parte dos casos, só traduzem uma interpretação muito particular de uma pessoa, e se afastam do espírito das obras latinas que, não possuindo outras didascálias que as referências textuais, deixavam uma grande parte de interpretação aos actores.